



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticaspúblicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Rodrigues, Max André Antonio; de Castro Melo, Daniela
A (IN)SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS:
estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Revista de Políticas Públicas, vol. 23, núm. 2, 2019, Julho-, pp. 465-480
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321161767002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFMA
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Max André Antonio Rodrigues¹
Daniela de Castro Melo²

Resumo

A segurança pública é um dos principais problemas sociais do Brasil e incide em todas as esferas da sociedade, inclusive nas Universidades. O objetivo desta pesquisa foi realizar um diagnóstico da segurança institucional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM com o intuito de desenvolver e implantar uma política de segurança na universidade. Trata-se de estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, documental, entrevista e grupos focais. O diagnóstico evidenciou a insegurança silenciosa que a comunidade acadêmica da UFTM vive, com problemas estruturais e organizacionais. Os resultados mostraram a necessidade de desenvolver ações de intervenção relacionadas à segurança no entorno da universidade, implementação de câmeras de vigilância e de departamento de segurança institucional, termais vigilantes e melhorar o controle na entrada das unidades da universidade.

Palavras-chave: Administração Pública. Segurança Universitária. Gestão de riscos. Segurança Institucional.

THE SILENT(IN) SECURITY IN UNIVERSITY CAMPS: study at Federal University of Triângulo Mineiro

Abstract

Public security is one of the main social problems in Brazil and affects all spheres of society, including universities. The objective of this research was to make a diagnosis of institutional security at the Federal University of Triângulo Mineiro - UFTM in order to develop and implement a security policy at the university. This is a case study, with bibliographic, documentary research, interview and focus groups. The diagnosis showed the silent insecurity that the UFTM academic community lives with structural and organizational problems. The results showed the need to develop intervention actions related to security around the university, implementation of surveillance cameras and institutional security department, have more vigilantand improve control at the entrance of the university units.

Keywords: Public Administration. University Security. Risk Management. Institutional Security

Artigo recebido em: 24/03/2019 Aprovado em: 04/11/2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p465-480>.

¹ Engenheiro Elétrico. Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Administrador de edifícios da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: max.rodriques@uftm.edu.br

² Administradora. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Professora no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. E-mail: daniela_c_melo@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

As sociedades modernas são construídas sobre o alicerce da insegurança, pois não encontram em si a capacidade de assegurar proteção, mesmo que o Estado tenha encontrado na promessa de proteção sua “razão de ser” e seu direito à obediência dos cidadãos (CASTEL, 2005; BAUMAN, 2008).

Como em todo Estado de Direito, no Brasil, a segurança está entre os direitos básicos do cidadão, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Porém a falta de segurança pública é um dos principais problemas do país e incide em todas as esferas da sociedade (GUIMARÃES, 2014).

Nesse contexto de falta de segurança pública brasileira, as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES também estão inseridas, haja vista que elas não são ilhas e não estão isoladas dos problemas que a sociedade enfrenta (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA 2017).

Essa insegurança nas IFES ficou evidente após o vultoso crescimento das universidades federais em virtude do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6096, de abril de 2007 e implementado pelo Ministério da Educação – MEC, em que foram criadas novas universidades e ampliadas as já existentes (BRASIL, 2007).

O Decreto nº 4.547 de 27 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002) tornou extinto na Administração Pública Federal o cargo de vigilante e incluiu as atividades entre as terceirizáveis nos termos do Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997 (BRASIL, 1997).

Com essa barreira imposta pelo Decreto nº 4.547 (BRASIL, 2002) e a expansão das IFES após o REUNI, a gestão da segurança tornou-se um problema para as IFES, em decorrência da falta de infraestrutura e de recursos humanos (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA 2017). Algumas IFES conseguiram administrar o quadro de vigilantes que possuíam e de forma eficiente serviram-se dos profissionais da área para formular políticas efetivas, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015).

Diante disso, o conceito “(in)segurança silenciosa” demonstra a atual situação da segurança nas IFES, assunto de extrema importância e que não está em evidência. Muitas IFES não possuem políticas de segurança apesar de possuírem altos índices de criminalidade, tanto em seus campi como também no entorno, e aguardam acontecer alguma tragédia para mobilizar ações de segurança (SANTANA, 2018). Porém, há outras IFES que possuem gestões de políticas de segurança bem desenvolvidas, mas que são pouco divulgadas e não chegam ao conhecimento das demais

(NASCIMENTO, 2006; OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2015). Essa questão precisa ser exposta para fomentar pesquisas e estudos nessa área para encontrar meios de proteção efetivos para a comunidade acadêmica.

O objetivo desta pesquisa foi realizar um diagnóstico da segurança institucional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM com o intuito de desenvolver e implantar uma política de segurança na universidade. A Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM tornou-se universidade apenas em 2005 e iniciou a expansão dos seus campi em 2007. Diante disso, não há ainda política de segurança institucional implantada; assim, a universidade está suscetível à violência e à criminalidade experimentada também pela comunidade ao seu entorno.

A segurança institucional engloba o conjunto de ações que visam a proteção e a salvaguarda da instituição e de seus integrantes, para neutralizar as ameaças protagonizadas por atores hostis e eventos naturais (BRASIL, 2015; BRASIL, 2017c; MANDARINI, 2005). Nesse contexto da segurança institucional está inserida a segurança orgânica, que contempla as ações de segurança de pessoas, materiais, áreas e instalações (MANDARINI, 2005).

Entre os campi da UFTM, os mais suscetíveis à violência são os localizados no Bairro Nossa Senhora da Abadia, em Uberaba-MG. Nesse bairro estão localizadas várias unidades, dentre elas: Centro Educacional – CE, Campus 1 – C1, Biblioteca Central e Prédio da Reitoria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018). Segundo levantamento realizado pelo Conselho Municipal de Segurança – COMSEG, do município de Uberaba-MG, há concentração de furtos de veículos e roubos no entorno das unidades localizadas no bairro Nossa Senhora da Abadia (OLIVEIRA, 2018).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa consistiu em estudo de caso, com abordagem qualitativa. As instituições estudadas foram: a) Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM que não possuía política de segurança institucional; b) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade Federal de Pernambuco – UFPE que implementaram políticas de segurança.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com os responsáveis pelo setor de segurança da UFSC e UFPE. Estas entrevistas permitiram compreender a política de segurança dessas universidades, como também os desafios encontrados para implementá-la.

Além disso, foram realizados 16 grupos focais com a participação da comunidade acadêmica da UFTM, com o intuito de expor sua percepção em relação à (in)segurança nos campi e em seus arredores. Participaram da pesquisa 195 usuários: 147 alunos, 27 técnicos administrativos e

25 professores. Para entender o cenário da segurança do campus na UFTM, foi desenvolvido um questionário semiestruturado e posteriormente aplicado aos usuários da universidade por meio de grupos focais, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Roteiro para o grupo focal

Objetivo	Questões
Coletar dados básicos (por meio de um formulário)	1 – Qual a sua idade? 2 – Qual seu sexo? 3 – Vínculo com a UFTM 4 - Curso 5 - Período 6 – Turno
Investigar o sentimento de (in)segurança	7 - Você se sente seguro nas proximidades dos campus da UFTM? 8– Você já teve alguma ocorrência que envolveu em algum tipo de violência na região dos campus da UFTM? Se sim, relate sobre o acontecido. 9– Conhece alguém que já tenha sofrido algum tipo de violência na região? Se sim, o que houve? 10– Qual o horário que você se sente mais (des)protegido? 11– Qual é sua percepção quanto à segurança na região? 12 – O quão importante é pra você a implantação de uma secretaria de segurança institucional na UFTM?
Sugestões para melhoria da segurança	13 – Em sua opinião o que falta na região dos campus da UFTM para ter um ambiente seguro?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As transcrições dos grupos focais foram inseridas no *software* NVivo como fontes documentais, o que possibilitou a análise dos dados e categorização do material, com o agrupamento de trechos dos grupos focais em categorias e subcategorias, por meio dos nós. Os nós ou nodes são as principais estruturas de um projeto NVivo e podem ser do tipo *Free Node* (um nó isolado) ou *Tree Node* (uma árvore de nós). Um nó é uma estrutura para armazenamento de informações codificadas e pode assumir significados diferentes, dependendo da abordagem metodológica utilizada na pesquisa. Por exemplo, se for utilizada análise de conteúdo, os nós irão receber os códigos (fragmentos de textos) e formarão categorias de informação. Se essas categorias tiverem subcategorias, então será utilizada uma estrutura de árvore de nós (MELO, 2011).

A análise dos grupos focais possibilitou a codificação de 390 referências passíveis de classificação nas categorias e subcategorias estabelecidas e que são apresentadas no Quadro 2. Os grupos focais representam as fontes de dados para a codificação e o número de referências obtidas.

Quadro 2 – Análise de dados

Categoria	Subcategoria	Fontes	Referências
Discentes	Segurança no entorno da Universidade	10	59
	Transição entre Unidades	10	42
	Departamento de Segurança Institucional	10	35
	Câmeras de vigilância	10	25
	Vigilantes nas Unidades da UFTM	10	24

A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Docentes	Controle na entrada das Unidades	3	38
	Falta de Segurança no entorno da Universidade no Bairro N. Sra. da Abadia	3	29
	Câmeras de vigilância	3	23
	Importância de um Departamento de Segurança Institucional	3	9
	Vigilantes nas Unidades da UFTM	1	2
Técnicos – Administrativos	Controle na entrada das Unidades	3	32
	Segurança no entorno da Universidade	3	21
	Câmeras de vigilância	3	20
	Vigilantes nas Unidades da UFTM	3	18
	Importância de um Departamento de Segurança Institucional	3	13
Total de códigos			390

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

3 RESULTADOS

3.1 Segurança no entorno da universidade

Verificou-se na análise dos dados coletados que a categoria que mais se destacou foi a falta de segurança no entorno das unidades da UFTM no Bairro N. Sra. da Abadia. O assunto apareceu nas 16 fontes e somou 89 referências. Percebeu-se que os mais afetados são os discentes, pelo fato de muitos morarem no bairro e irem a pé para a Universidade, o que faz com que eles tenham mais contato com essa insegurança. Porém, nos relatos seguintes há declarações das três categorias:

Impossível se sentir seguro nas proximidades da UFTM, eu moro aqui perto e vejo casos de assaltos direto, eu mesmo já fui assaltado.

Esse sentimento de insegurança no entorno do Centro Educacional é compartilhado por todos os meus colegas, moramos em uma república aqui perto e sempre temos medo de sair de casa.

Me sinto bastante inseguro nas proximidades, o índice de assalto aqui próximo é enorme, praticamente toda semana tem notícia de roubo aqui.

Os relatos vão ao encontro da realidade do Bairro N. Sra. da Abadia, pois essa falta de segurança pública é um problema que a população da região sofre há algumas décadas (OLIVEIRA, 2018).

O bairro está localizado em uma região extremamente violenta e está entre os pontos mais críticos da cidade de Uberaba-MG, pois há concentração de furtos de veículos e roubos (OLIVEIRA, 2018). Figura 1 mostra o mapa de calor de uma parte desta cidade, os pontos em vermelho são os lugares mais críticos, onde estão localizadas algumas das unidades mais importantes da UFTM (OLIVEIRA, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Figura 1 – Mapa de calor de índices de roubos e assaltos de Uberaba-MG



Fonte: Adaptado de Oliveira, 2018

Algumas políticas de segurança preventivas foram adotadas na cidade de Uberaba-MG no final de 2018, conforme cita Manfrim (2018), e dentre elas está a adoção de Bases de Segurança Comunitárias – BSC que estão espalhadas em 12 pontos da cidade, inclusive há uma BSC no Bairro N. Sra. da Abadia (MANFRIM, 2018). Porém na região das unidades da UFTM os relatos dos grupos focais mostraram que na prática não há policiamento nas ruas.

Só vejo viaturas, mas policiais que é bom nada. As viaturas ficam paradas na calçada, mas não fica ninguém.

Eles ficaram aqui na esquina por duas semanas, mas agora acabou.

Não vejo segurança na região, antigamente tinha policiamento, hoje nem isso mais.

Diante disso, cabe à Secretaria de Segurança Pública do município de Uberaba-MG, junto ao Conselho Municipal de Segurança – COMSEG, desenvolver políticas públicas de segurança e políticas de segurança públicas eficazes para o enfrentamento de forma racional dos crimes e da violência existente no local (CANO, 2006; DURANTE E SANDES, 2009 SOARES, 2009; SOUZA, 2010). A universidade deve, também, de alguma forma, colaborar, seja com pesquisas, dados, propostas, pois como cita Oliveira (2017), é dever da Universidade contribuir para solução dos problemas atuais da sociedade.

3.2 Controle na entrada das unidades

O tema controle na entrada das unidades da UFTM é destaque entre as categorias Docente e Técnico Administrativo, pois diz respeito ao local de trabalho de ambas e há também a preocupação com a segurança dos bens patrimoniais da Universidade. Como se pode ver nos relatos:

A portaria não tem controle sobre a entrada de ninguém, eles pedem crachás pra alguns e se não trouxer pedem pra assinar, mas não pedem documento, então qualquer um pode assinar qualquer coisa lá.

O acesso ao prédio é muito fácil, qualquer um entra, imagina se alguém entra com uma arma aqui, essa pessoa faz o que quer, estamos suscetíveis a isso.

Recentemente entraram na casa onde funciona o Comitê de Ética e Pesquisa e roubaram lá, notebooks e outras coisas, por falta de um controle na portaria.

A maioria das unidades da UFTM faz seu controle de acesso por meio de porteiros, como nas unidades Centro Educacional, Campus 1, Biblioteca Central e Prédio da Reitoria. Já na unidade Univerde há guaritas, porém, o acesso ao seu interior continua livre. Segundo a Norma Procedimental Número: 50.03.003, Resolução Nº 09/2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2016) é permitida a entrada de qualquer cidadão nas unidades físicas da UFTM, desde que esteja devidamente identificado, de porte do crachá da instituição ou de visitante, em local visível (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO, 2016). Porém na prática não acontece exatamente como estabelece a norma e isso é motivo de reclamações da comunidade acadêmica, como foi mostrado nos relatos acima.

3.3 Câmeras de vigilância

A falta de monitoramento das câmeras de vigilância e a ausência de câmeras nas unidades da UFTM foram mencionadas diversas vezes durante o grupo focal e apontadas, também, como motivo de insegurança dentro das unidades. As três categorias se manifestaram de forma expressiva sobre o tema:

Se o sistema de câmeras fosse monitorado em todos os lugares aqui no Centro Educacional teríamos mais segurança.

Um sistema de monitoramento de câmeras aqui na Univerde seria ideal e já conseguiria controlar a entrada de veículos também, a guarita aqui é longe da entrada e as câmeras poderiam resolver esse problema.

Uma portaria com câmera monitorada com um guarda e um adesivo de identificação seria legal, é muito difícil controlar aqui dentro da Univerde, mas ter um mínimo de controle já ajudaria.

Temos equipamentos caros aqui no prédio (Campus I) e não há uma câmera, se sumir algo como já aconteceu várias vezes não tem nada que possamos fazer, um monitoramento de câmeras me traria mais segurança.

Dentre as unidades da UFTM, somente o Centro Educacional possui câmeras de vigilância, porém sem monitoramento. Nesta unidade há um sistema de vigilância eletrônica DVDR, da marca Intelbrás, com 15 câmeras de baixa resolução, um armazenamento interno de 20GB e uma tela LCD de 15". As câmeras estão posicionadas no interior do prédio e abrangem todos os andares, exceto o estacionamento, e estão divididas da seguinte maneira: 4 câmeras no térreo, 4 no primeiro andar, 4 no segundo e 3 no terceiro andar.

O sistema realiza *backup* a cada 72 horas e após esse intervalo as imagens são apagadas; o sistema de *backup* e gravação de imagens é protegido por senha e é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação – DSIM e dos administradores de edifício do local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Esse sistema não é o recomendado por especialistas no assunto, como é possível extrair da entrevista com o Superintendente da Superintendência de Segurança Institucional - SSI da Universidade Federal de Pernambuco: utilizamos e recomendamos o uso de CFTV de Tecnologia IP e temos hoje instalados, em nosso sistema, cerca de 20 pontos de imagens com monitoramento 24 horas.

Nas unidades Biblioteca Central, Prédio da Reitoria e Campus I não há câmeras de vigilância; nas unidades Univerde há somente alarmes instalados em alguns laboratórios que disponham de equipamentos de valor elevado ou produtos químicos e similares de uso exclusivo da universidade.

A intenção desses alarmes é restringir a entrada de pessoas não autorizadas às dependências internas desses laboratórios, permitindo a entrada de professores, zeladores, e faxineiras que foram cadastrados por meio de senha. O controle e responsabilidade desses alarmes ficam por conta dos técnicos responsáveis pelos laboratórios, vigilantes e pelos administradores de edifícios do local (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Na UFSC, dentro da sede da Secretaria de Segurança Institucional - SSI, existe uma sala que funciona 24 horas como base de monitoramento, tanto de imagens (1500 câmeras), como de acesso a salas e laboratórios (4500 salas protegidas), que ajudam a prevenir atos delituosos e zelar pelo patrimônio público e pela segurança física da comunidade acadêmica (OLIVEIRA, 2017, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

Com a atual falta de segurança experimentada na sociedade, a segurança eletrônica tem sido uma opção para trazer um pouco mais de segurança tanto para os lares quanto para os estabelecimentos públicos e privados (SILVEIRA, 2018; CASTRO; PEDRO, 2013).

A sensação de segurança com o monitoramento de imagens exposta nos grupos focais é corroborada por Castro e Pedro (2013). Estes autores apontam que a utilização de câmeras monitoradas ajuda a manter o ambiente seguro, pois práticas e ações cotidianas ilegais, que até então poderiam passar despercebidas, ganham visibilidade, o que possibilita o enfretamento de tais práticas.

3.4 Departamento de segurança institucional

Outro tema bastante discutido no grupo focal foi a falta de um departamento de segurança institucional na UFTM, citado, também, por todas as categorias como essencial e motivo de insegurança nas unidades da UFTM, como se pode ver nos relatos:

Acredito que um departamento específico para a segurança seria o ideal, pois se acontece alguma coisa aqui na Universidade não sabemos onde levar essa demanda.

Eu acho que um ponto de apoio em cada unidade seria o certo, eu não sei qual setor é responsável pela segurança na UFTM, se é que tem algum né.

Eu já procurei no site da UFTM e não encontrei o setor de segurança, já perguntei pra alguns técnicos administrativos e ninguém soube me falar, então acredito que falta até comunicação entre os funcionários, porque ninguém sabe sobre isso.

Precisamos ter um local pra levar esses problemas, no semestre passado eu tive um problema na sala de aula e fiquei perdida a quem procurar, ninguém sabe de nada aqui dentro, tipo onde eu vou reclamar?

Verifica-se por meio desses relatos que a falta de um setor exclusivo faz com que a comunidade acadêmica sinta insegurança e, de certo modo, fique desorientada, sem saber onde e a quem recorrer quando sente que está ameaçada ou sofre alguma violência.

A UFTM não possui secretaria ou departamento exclusivo para as demandas de segurança civil e patrimonial da instituição; essa responsabilidade fica por conta da Pró-Reitoria de Administração – PROAD, no Departamento de Serviços e Logística – DSL, que, dentre outras atribuições, a segurança (também) está inserida.

3.5 Vigilantes nas unidades da UFTM

A falta de vigilantes nas unidades da UFTM, principalmente nas unidades do Bairro N. Sra. Abadia, que foi citado por Oliveira (2018) como uma região perigosa, é um tema que também possui relevância para as três categorias.

Não me sinto seguro, sabemos que aqui no Centro Educacional não tem guardas, não tem vigias circulando, só temos porteiros, aí a pessoa que sabe disso entra e faz o vandalismo.

Eu não me sinto seguro, já vi casos de furtos aqui dentro do campus e não tive pra onde levar essa demanda, pois não tem vigilantes armados.

Aqui dentro do Centro Educacional já roubaram um laptop meu e uma vez de um colega meu [...] no campus 1 também houve o roubo de um equipamento muito caro e ambos não possuem vigilantes.

Essa falta de vigilância nas unidades, somada à falta de segurança pública na região, reflete na insegurança vivida pela comunidade acadêmica que frequenta essas unidades. Essas afirmações de falta de vigilantes vão ao encontro da realidade da UFTM, pois o quadro de vigilantes federais da UFTM sofre constantes reduções em razão dos processos de aposentadoria, demissões voluntárias e falecimentos, sem reposição, devido ao Decreto nº 4.547, de 27 de dezembro de 2002, que extinguiu da Administração Pública Federal o cargo de vigilante (BRASIL, 1997a; BRASIL, 2002; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Para suprir as reposições de pessoal de vigilância são feitas, paulatinamente, por determinação governamental, a substituição por colaboradores vinculados a empresas terceirizadas, como é o caso da UFTM, que conta com a maioria de terceirizados em seu quadro de pessoal (BRASIL, 1997a; OLIVEIRA, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

3.6 Transição entre unidades da UFTM

Este tema foi citado apenas na categoria Discente, pois são os mais afetados por esse problema devido à UFTM possuir unidades espalhadas por vários bairros na cidade de Uberaba-MG e pelo fato de que algumas turmas têm aula em mais de uma unidade no mesmo dia, o que cria diversas dificuldades organizacionais; dentre elas, a mobilidade entre as unidades é a principal.

A transição entre as unidades do Bairro N. Sra. da Abadia (Centro Educacional, Biblioteca Central, Prédio da Reitoria e Campus 1) é considerada a mais temida devido à falta de segurança no bairro, conforme é mostrado nos relatos:

A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Na biblioteca à noite, eu vou morrendo de medo e já deixei de ir por me sentir insegura, acredito que se as unidades fossem integradas seria melhor mesmo.

Me sinto muito insegura, não consigo nem ir na biblioteca à noite.

A gente deixa de ter acesso à biblioteca a noite por conta dessa insegurança, todo dia tem gente sendo assaltada.

As minhas vizinhas foram assaltadas na rua lateral da biblioteca, elas estavam voltando pra casa, era umas 17 horas mais ou menos.

O trajeto entre o Campus 1 e a Biblioteca Central é de apenas 550 metros, porém bastante perigoso e com iluminação pouco efetiva (OLIVEIRA, 2018). Os caminhos entre o Centro Educacional/Biblioteca Central (350 metros) e entre o Campus 1/Biblioteca (550 metros) são citados como os mais perigosos pelos alunos; apesar de terem uma pequena distância um do outro, há vários relatos de assaltos nesse percurso.

Alguns cursos oferecem disciplinas nas unidades Centro Educacional e Campus 1, e, embora a distância entre eles não seja longa (700 metros), há relatos de abandono de disciplina devido à insegurança de fazer esse trajeto.

Teve um período que tive que cancelar a disciplina porque eu não me sentia segura de ir um de uma unidade pra outra (Entre Centro Educacional e Campus 1).

Um colega meu desistiu de uma disciplina depois que foi assaltado indo para o Centro Educacional e não era à noite, era por volta de 16h.

Temos aula no Campus 1 e no Centro Educacional, às vezes lá de manhã e aqui a tarde e não me sinto segura em fazer essa transição, tenho muito medo, muitos colegas já foram assaltados nesse trajeto.

A locomoção entre as unidades do Bairro Nossa Senhora da Abadia e as unidades do Bairro Univerde cidade, onde está localizada a unidade Univerde, depende principalmente de transporte motorizado devido à distância entre elas. Em seguida são apresentados os relatos.

Aqui em Uberaba é muito complicado essa questão de ônibus, muitas vezes tenho que sair mais cedo da aula aqui na Univerde pra poder pegar o ônibus para poder chegar a tempo pra outra atividade que tenho no Centro Educacional.

Eu moro em uma república perto do Centro Educacional e tenho aula na Univerde e os horários dos ônibus são péssimos pra mim, tenho que me desdobrar e acontece de eu ter que sair antes da aula pra poder pegar ônibus.

Tem duas pessoas que moram comigo aqui no Bairro Abadia e estudam na Univerde e elas sofrem com transporte, e a universidade não faz nada, não tenta solucionar isso.

A cidade de Uberaba-MG tem população estimada em aproximadamente 350 mil habitantes e apresenta deficiências no transporte público, o que dificulta a locomoção entre as unidades da UFTM quando não se tem veículo próprio (G1 TRIANGULO MINEIRO, 2018; INSTITUTO

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

Essas fragmentações das unidades da UFTM vêm da herança de suas primeiras instalações em 1953, pois segundo Buffa e Pinto (2016), as universidades brasileiras só aderiram ao conceito campus universitário a partir de 1960.

Devido à situação, tanto do transporte quanto da segurança da região, cabe à UFTM e ao município dar o suporte necessário para essas transições se tornarem mais seguras. Essas demandas precisam ser estudadas e quantificadas para poderem ser discutidas em órgãos que detêm o poder de implantar essas políticas (CANO, 2006; SOARES, 2009; SOUZA, 2010; DURANTE E SANDES, 2009, OLIVEIRA, 2017).

4 CONCLUSÃO

As Políticas Públicas de segurança no país passaram por constantes mudanças nos últimos anos, porém os índices de criminalidade cresceram de forma vertiginosa, o que liga o sinal de alerta para que essas políticas sejam revistas e, através de pesquisas, sejam propostas alternativas para o enfrentamento da criminalidade. Como as Universidades são o reflexo da sociedade, a violência também invadiu esses ambientes, o que torna imprescindível que a gestão universitária formule políticas de segurança efetivas para o enfrentamento da criminalidade na instituição.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo desenvolver um diagnóstico organizacional da gestão de segurança na UFTM. Os resultados mostraram a necessidade de desenvolver ações de intervenção relacionadas à segurança no entorno da universidade, implementação de câmeras de vigilância, implementação de departamento de segurança institucional, ter mais vigilantes e melhorar o controle na entrada das unidades da universidade.

Buscou-se compreender e descrever o sentimento de insegurança da comunidade acadêmica no âmbito da UFTM, e identificar as dificuldades e desafios da gestão. Verificou-se que a comunidade acadêmica vive uma insegurança constante, tanto no entorno quanto dentro nas unidades da UFTM. A fragilidade ficou exposta quando foi constatada a inexistência de uma Política de Segurança Institucional. Consequente a isso, a universidade não possuía planejamento e estratégia para o enfrentamento das demandas de segurança, o que gerava insegurança.

Existem vários desafios para a gestão da UFTM consolidar meios estratégicos para enfrentar a insegurança vivida pela comunidade acadêmica. Desse modo, essa pesquisa apresentou uma proposta de intervenção para auxiliar a gestão da UFTM a instituir uma Política de Segurança Institucional. A proposta foi baseada na literatura sobre segurança pública, políticas públicas de

segurança, políticas de segurança pública e gestão de riscos, além de ter referências em modelos de Políticas de Segurança Institucional implantados em outros órgãos públicos e IFES.

A Política de Segurança Institucional da UFTM poderá fortalecer a segurança dentro das unidades da UFTM, com a descentralização das responsabilidades administrativas da segurança institucional por meio da criação do Departamento de Segurança Civil e Patrimonial. Dessa forma, as demandas de segurança serão tratadas sob a ótica da gestão de riscos, ou seja, haverá planejamento organizacional e ações estratégicas para o enfrentamento da insegurança institucional. Além disso, a segurança pública na entorno da universidade será reforçada por meio de parcerias entre a UFTM e órgãos da segurança pública local.

Este trabalho também pode servir de *benchmark* para que outras instituições públicas iniciem seus processos de desenvolvimento de políticas de segurança pública.

Por fim, além de contribuir para a prática gerencial, esta pesquisa também contribuiu para a literatura sobre o tema “segurança dos campi universitários”, que é muito escassa no país. Contribuições essas que visam ampliar as discussões e fomentar a pesquisa nessa área, pois quanto mais estudos sobre o tema, mais eficazes serão as ações de enfrentamento da insegurança.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n.2271, de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jul. 1997a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2271-7-julho-1997-445060-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de out. 1988, com as alterações determinadas pelas emendas constitucionais, nº 1/92 a 99/2017 e pelo decreto legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536043/DF88_EC99_livro.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Portaria Nº 369, de 28 de Maio de 2015. Institui a Política de Segurança Institucional e Sistema Nacional de Segurança Pública Institucional do Ministério Público do Trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jun. 2015. Disponível em: <http://sintse.tse.jus.br/documentos/2015/Jun/5/diario-oficial-da-uniao-secao-1/portaria-no-369-de-28-de-maio-de-2015-institui-a>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 156, de 13 de Dezembro de 2016. Institui a Política de Segurança Institucional e Sistema Nacional de Segurança Pública Institucional do Ministério Público, e dá outras providências. **Diário Eletrônico do CNMP**, Brasília, DF, 14 fev. 2017c. Caderno Processual. Disponível em:

<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-156.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 4547, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a extinção de cargos efetivos no âmbito da Administração Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de Dez. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4547.htm . Acesso em: 5 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447-publicacaooriginal-71369-pe.html>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. O território da universidade brasileira: o modelo de campus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 67 out.- dez. p. 809-831 2016.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 3, n. 5, 2006.

CASTEL, R. **A insegurança Social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTRO, R. B.; PEDRO, R. M. L. R. Experiências da vigilância: subjetividade e sociabilidade articuladas ao monitoramento urbano. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 353-361, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/12.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DURANTE, M. O.; SANDES, W. F. Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 116-125, ago./set. 2009.

GUIMARÃES, A. **A cultura do mundo líquido: resenha**. Temática, João Pessoa, v. 10, n. 12, p. 261-266, 2014. João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/22150/12229> . Acesso em: 10 nov. 2018.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. **Usuários de transporte público em Uberaba reclamam de ter de tomar filas para embarque**. 19 mar. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/videos/t/todos-os-videos/v/usuarios-do-transporte-publico-de-uberaba-reclamam-de-ter-que-formar-filas-para-embarque/6591138/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: população estimada 2018. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>. Acesso em: 21 dez. 2018.

MANFRIM, R. **PM em Uberaba passa a usar 12 bases de Segurança Comunitária**. Jornal da Manhã. Uberaba, MG, 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,5,POL%C3%8DCIA,166656>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MANDARINI, M. **Segurança corporativa estratégica**: fundamentos. São Paulo: Manole, 2005.

A (IN) SEGURANÇA SILENCIOSA NOS CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro

MELO, D.C. **A gestão da demanda em cadeias de suprimentos**: um estudo no setor atacadista distribuidor de produtos de mercearia básica. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

NASCIMENTO, A. L. do. **Segurança orgânica nas universidades federais**: Pernambuco em perspectiva comparada. 2006. 325 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, L. L. de. **Política de Segurança**: diretrizes para a universidade federal de Santa Catarina – UFSC, na percepção dos servidores da Secretaria de Segurança Institucional. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, R. A. Conferência do Plano Diretor UFTM 2018-2018. In: Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Plano diretor 2018/2028**: Mesa 1. Uberaba, MG, 2018. 1 vídeo on line (120 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U2Lcd8jDH_w. Acesso em: 25 abr. 2018.

SANTANA, V. Homem é morto a tiros dentro do campus samambaia da UFG em Goiânia. **G1. Goiás**, 05 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/homem-e-morto-a-tiros-dentro-do-campus-samambaia-da-ufg-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SILVEIRA, T. M. Insegurança civil: um drama social. **Revista Vitória mais**, Vitória, 13 abr. 2018. Disponível em: <http://aves.org.br/revista-vitoria-mais/coluna/inseguranca-civil-um-drama-social>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SOARES, L. E. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Revista Preleção**, Vitória, ES, Ano 3, n. 5, p. 47-74, abr. 2009. Disponível em: https://pm.es.gov.br/Media/PMES/Revista%20Prele%C3%A7%C3%A3o/Revista_Prelecao_Edicao_05.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

SOUZA, L. G. Segurança pública, participação social e a 1a Conseg. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 4, n. 7, p. 104-119, ago/set 2010. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/dpp-diretorias-de-politicas-publicas/arquivos-nesp/809-seguranca-publica-participacao-social-e-a-1o-conseg-1/file>. Acesso em: 14 mai. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Lei n. 11.091/2005: of.circ. n. 15/2005-mec e decreto. n 5.824/2006**. Exercer vigilância nas entidades, rondando suas dependências internas, externas e observando a entrada e saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança. Florianópolis, SC. 2006. Disponível em: <http://seguranca.ufsc.br/fundamentacao-legal-na-area-de-seguranca/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Secretaria de Segurança Institucional- SSI. Florianópolis, SC. 2018. Disponível em: <http://seguranca.ufsc.br/>. Acesso em: 14 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Segurança Institucional. Recife, PE. 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ssi>. Acesso em: 10 mai. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Manual de procedimento e normas de segurança da ufpe. Recife, PE. 2015. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/40902/0/Manual+de+seguran%C3%A7a/fa18091d-8cf3-46f4-b454-aab0b0360268>. Acesso em: 10 mai. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO. Conheça a UFTM.. Uberaba, MG. 2018. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/institucional/conheca-a-uftm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO. **Resolução n.9, de 30 de maio de 2016.** Altera, no âmbito da UFTM, as normas e os procedimentos gerais referente a utilização de crachá de identificação. Uberaba, MG. 9 de maio de 2016.